

A certificação digital teve seu início na década de 90, tendo como principal objetivo validar as transações eletrônicas feitas principalmente pelo setor público. Esse processo teve início na década de 80, quando os Estados Europeus iniciam um processo de desmaterialização de alguns procedimentos que envolviam os governos, a iniciativa privada e os cidadãos. Nesse período podemos observar a utilização do meio eletrônico para desmaterialização de alguns procedimentos utilizados para a contratação pública.

Nesse período a internet ainda engatinhava, mas o alívio que se deu aos governos no controle de seus arquivos e processos em meio eletrônico valeria o investimento e os obstáculos a serem transpostos. Os primeiros obstáculos foram os da incerteza e da insegurança. Como tudo ainda era muito novo, os governos enfrentaram o problema da incerteza do não repúdio às informações prestadas e da insegurança de que os arquivos eletrônicos não seriam alterados posteriormente.

Com o avanço da tecnologia, e a aproximação dos juristas, já que o meio eletrônico se mostrava um caminho sem volta à sociedade, começaram a surgir ferramentas para que a incerteza e insegurança fossem minimizadas. No início da década de 90, começaram os mecanismos de certificação, feita pela simples união de tecnologia e normas jurídicas.

Tivemos novamente na Europa um novo problema, onde os Certificados Digitais criados eram padronizados pelos Estados, mas não tinha uma padronização para o Mercado Comum Europeu, o que trouxe, novamente, a desconfiança para o meio eletrônico. Sendo assim, uma pessoa ou empresa que tinha um Certificado Digital da França não teria como contratar ou ser contratada por uma pessoa, empresa ou governo da Alemanha, por exemplo.

Esse imbróglio teve fim em meados dos anos 90 quando a ONU tomou conhecimento do projeto e junto a UNCINTRAL criou uma grande cadeia de acreditação. A ONU regulamentou a Certificação Digital, criando padronização mínima onde cada Estado poderia ter sua RAIZ dentro de um projeto global, tendo assim, Certificados Digitais válidos e aceitos não só por ele (aquele Estado), mas por outros Estados que aderissem ao projeto. Hoje, temos os signatários da ONU, 192 países compondo essa grande rede de acreditação.

Mas foi com mudança de século que a Certificação Digital começou a sair da teoria para ser utilizada em larga escala. A década de 2000 ficou conhecida pela massificação da tecnologia e realmente o uso da padronização estabelecida pela ONU atingindo praticamente todo o globo.

Essa globalização fez com a ferramenta chegassem a pontos que em sua criação eram desconhecidas, como por exemplo, às secretarias acadêmicas. Não podemos pensar em atendimento, por menor que ele seja, sem a opção do atendimento eletrônico. Não podemos também deixar de pensar em uma solução eletrônica para nossos arquivos acadêmicos, tendo em mente sempre a perpetuidade que devemos garantir, como depositários que somos, aos documentos, conforme nos mostra o artigo 6º da Portaria SESu/MEC nº 255, de 20 de

Escrito por Tiago Muriel Cardoso
Qua, 26 de Janeiro de 2011 15:34

dezembro de 1990.

Percebe-se que desde 1990 já poderíamos trabalhar com Secretarias Acadêmicas Digitais, mas pela insegurança apresentada pelo meio eletrônico associada aos altos custos apresentados pelo mercado para sua implementação, essa prática foi “proibida” e muitas IES ainda não conseguem sequer pensar nessa possibilidade. Essas especificidades apresentadas não fazem mais parte do meio eletrônico. Tanto a insegurança quanto os altos valores praticados foram “banidos”, o primeiro pelo simples aprimoramento da tecnologia e o segundo pela concorrência entre as empresas de hardwares e softwares. Dessa forma não existem mais motivos para que as Instituições de Ensino não comecem a trabalhar o meio eletrônico de forma mais ativa, extraindo todas as vantagens que essa ferramenta poderá trazer para sua gestão.